

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Laíse da Silva Alves

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL NO
CRAS: A INFORMAÇÃO COMO CONSOLIDAÇÃO DE DIREITOS**

Santa Maria, RS
2017

Laíse da Silva Alves

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL NO
CRAS: A INFORMAÇÃO COMO CONSOLIDAÇÃO DE DIREITOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço Social,
da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de **Bacharel em
Serviço Social**.

Orientadora: Prof.^a Me. Valeska Berman Machado

Santa Maria, RS
2017

Laíse da Silva Alves

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL NO
CRAS: A INFORMAÇÃO COMO CONSOLIDAÇÃO DE DIREITOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço Social,
da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de **Bacharel em
Serviço Social**.

Aprovado em 04 de dezembro de 2017:

Valeska Berman Machado, Me. (UFSM)
(Presidente/ Orientadora)

Rosane Janczura, Dr.^a (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela dádiva da vida, por Ele ter me mantido em pé nos momentos mais difíceis onde achei que nada mais daria certo, e por ter estado a meu lado também nos momentos de minhas maiores alegrias. Não sou grata somente a este período como acadêmica, mas sim por tudo o que ocorreu em minha vida, pois sem a permissão Dele, com certeza nada teria sido possível.

Agradeço principalmente aos meus pais e meus irmãos, por terem me dado todo o suporte que sempre precisei para chegar até aqui, pois fizeram o possível e o impossível para que eu continuasse em busca do meu sonho. Aliás, sonho que não é apenas meu, mas sim que pertence a eles também, pois todos sonhamos juntos. Sonho este, cujos frutos colheremos juntos. Muito obrigada pelo incentivo que sempre me deram e principalmente pela compreensão que sempre tiveram comigo!

Gostaria de deixar um agradecimento muito especial ao meu namorado Everaldo, que mesmo não tendo feito parte desta caminhada desde o começo, foi certamente nesta reta final alguém muito especial, pois sempre esteve ao meu lado nos momentos alegres e principalmente naqueles momentos mais difíceis, onde muitas vezes a única vontade era de desistir devido ao estresse e ao cansaço. A você meu querido deixo meu agradecimento pelo carinho, amor, paciência, compreensão e por cada palavra de incentivo que você sempre teve para me oferecer. Obrigada pelas inúmeras vezes que me escutou quando eu precisava de alguém para desabafar, principalmente sobre o medo de não conseguir dar conta do TCC. Obrigada pelas inúmeras vezes em que me pediste para ter calma, e que tudo daria certo. E realmente deu. Enfim, muito obrigada por tudo que sempre fizestes por mim meu amor!

Deixo meu mais sincero agradecimento também a todos os meus familiares e amigos, pelo apoio, carinho, motivação e por cada palavra de incentivo a mim dedicados. Pois muitos de vocês foram fundamentais nesta minha jornada. Gostaria de deixar um agradecimento muito especial e cheio de saudades a minha tia Simoni (in memoriam) e ao meu tio Lizando (in memoriam), que infelizmente hoje não estão mais aqui para compartilhar comigo esta alegria, mas com certeza tem muito de vocês e mim, porque sempre foram minha inspiração para seguir em

frente e chegar até onde cheguei. Porque o amor que sempre tiveram por mim e todos os conselhos que sempre me deram foram sem sombra de dúvidas, o combustível que me moveu até aqui. Pois muitas noites após a aula, no retorno para casa eu lembrava de vocês, e no silêncio e escuro do ônibus as lágrimas rolavam no meu rosto. Lágrimas de saudade.... Muita saudade. Mas sei que aí de cima estão me guiando. Por isso meus amados, dedico este trabalho a vocês!

Agradeço ainda a todos os motoristas que sempre fizeram nosso transporte. Que sempre realizaram o trajeto Agudo- Santa Maria/ Santa Maria- Agudo sempre com muita dedicação, cuidado e bom- humor. A vocês todos, que muitas vezes deixaram em casa suas famílias para viajarem conosco, muito obrigada mesmo!!

E por falar em viagem, não poderia esquecer-me da minha prima Fernanda. Minha companheira de viagens ao longo desses quatro anos e meio. Aliás, minha companheira de sempre, muito além do período acadêmico. Aquela com quem sempre compartilhei minhas alegrias, medos, choros e principalmente risadas... Muitas risadas. Aquela que sempre teve uma palavra de apoio, um conselho e principalmente um ombro amigo quando se fazia preciso. Aquela por quem tenho um carinho inexplicável e a quem eu desejo o maior sucesso do mundo. Muito obrigada por tudo Fê!!!

Deixo aqui também um sincero agradecimento a todas e todos os professores que fazem e fizeram parte do corpo docente do Curso de Serviço Social da UFSM. Muito obrigada mesmo por vocês terem nos transmitido o conhecimento necessário para que um dia possamos ser assistentes sociais tão brilhantes e competentes quando vocês. Obrigada por cada conselho e também por cada “puxão de orelha” que nos deram. Pois com certeza, se não fosse isto, certamente não teríamos chegado até aqui. Quero agradecer também aos secretários do curso e aos bolsistas, que sempre deram o máximo de si para nos auxiliar no que precisávamos, principalmente nos momentos de dúvidas. Muito obrigada!

Aproveito também para agradecer a minha turma. A quarta turma de Serviço Social da UFSM. Agradeço a cada uma e cada um dos colegas que fez parte desta caminhada. Aqueles que seguiram até aqui, e também aqueles que por motivos de força maior não puderam chegar conosco até o fim. A vocês todas e todos meus amados, deixo o mais profundo agradecimento, pois aprendi muito

com cada uma e cada um de vocês. Muito obrigada mesmo, do fundo do meu coração por todos os momentos que compartilhamos juntas e juntos. Quero aproveitar e dizer que vocês com certeza foram fundamentais para o meu crescimento. E dizer também que desejo a cada uma e a cada um de vocês muito, mas muito sucesso sempre, pois tenho certeza de que futuramente serão profissionais maravilhosos, pois conheço a dedicação de cada um. E quem sabe não nos esbarremos por aí nas muitas voltas que a vida dá, não é mesmo? Gente, simplesmente muito obrigada por tudo, tenham certeza de que levarei um pouquinho de cada um e cada uma comigo. Sentirei saudades!

E falando de colegas, deixo o meu mais sincero agradecimento a minha colega e amiga Diana Máira Losekann. Mulher guerreira, a qual eu aprendi a admirar e respeitar. Afinal como diz a música: “Toda loira tem sua morena”. E esta dupla éramos nós, né Diana. Nós que por incrível que pareça, mesmo morando na mesma cidade não nos conhecíamos. Mas que ao nos encontrarmos na faculdade passamos a construir um laço de amizade e companheirismo que se reforçou a cada dia, e que espero levar para todo o sempre. Com você dividi todos os tipos de sentimentos, desde as alegrias por cada vitória alcançada até os medos por cada passo que estávamos por dar, o alívio por cada fase que passávamos. Com você dividi conhecimentos, reflexões, dúvidas e muito mais. Minha companheira de trabalhos. Ah, os nossos trabalhos. Que mesmo tendo sido grandes desafios, ao final sempre nos renderam boas risadas e histórias para contar, né. Muito obrigada Diana por fazer parte da minha caminhada e por permitir que eu fizesse parte da sua. Sucesso sempre em tudo o que fizeres minha amiga!!

E por fim, deixo ainda um agradecimento mais do que especial a orientadora desta monografia, Valeska Berman Machado. Aquela sempre com muita paciência, carinho, dedicação e bom humor fez de nossas orientações momentos descontraídos, de grandes trocas de conhecimentos e experiências. Que sempre se colocou à disposição para tudo o que eu precisasse. Que sempre sanou minhas dúvidas e me deu dicas e conselhos de grande valia. Aquela que principalmente, sempre me ouviu quanto as minhas alegrias pelos avanços obtidos, mas também pelos medos de não conseguir contemplar os assuntos e os prazos estabelecidos.

Saibas Valeska que te admiro muito. Não apenas enquanto profissional,

mas principalmente pela pessoa que você é. Pelo carisma com o qual você conquista a todos que estão a sua volta. Pela garra e determinação que tens, e pela extrema dedicação e amor que colocas em tudo o que faz. Talvez seja este o segredo do seu sucesso. E por falar em sucesso, é isto o que eu lhe desejo. Sucesso não apenas na sua carreira profissional, mas também na vida, pois com certeza és merecedora de tudo isso e muito mais. E por fim Valeska aproveito para lhe agradecer por tudo, mas por tudo mesmo. Pois com certeza se não fosse com você andando lado a lado comigo eu não teria chegado até aqui. Muito obrigada mesmo, do fundo do meu coração!!

RESUMO

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL NO CRAS: A INFORMAÇÃO COMO CONSOLIDAÇÃO DE DIREITOS

AUTORA: Laíse da Silva Alves
ORIENTADORA: Valeska Berman Machado

As políticas sociais decorrentes da luta de classes presente no sistema capitalista, tiveram em seu primórdio um viés controlador por parte do Estado para com a sociedade. No Brasil o início da formação de tais políticas se deu após a abolição da escravidão, quando os sujeitos então livres, passaram a reivindicar mudanças, através das quais o Estado passou a elaborar políticas que contemplassem as necessidades desses trabalhadores. Mas as necessidades sociais não eram de grande importância para este Estado conservador e repressor, de modo que as ações ficavam a cargo da igreja e das damas de caridade. As primeiras seis Constituições Federais promulgadas no Brasil (1824; 1891; 1934; 1937; 1946; 1967) tinham um ponto em comum: as expressões da questão social eram entendidas como caso de polícia. No entanto foi com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que tivemos grandes avanços no campo dos direitos sociais. Sendo que o maior deles foi a construção de um sistema de seguridade social, o qual é composto pelas políticas de assistência social, previdência social e saúde. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é considerada dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar, sem nenhum tipo de contribuição. A mesma tem na família a centralidade de suas ações, as quais são voltadas para a realização da proteção social. Esta monografia busca então apresentar o projeto de intervenção realizado no CRAS, o qual através da informação busca a consolidação de direitos e dar mais autonomia aos usuários.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Assistência Social no Brasil. Serviço Social. Assistente Social. Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Grupos. Famílias. Estágio.

ABSTRACT

SOCIAL ASSISTANCE POLICY AND SOCIAL SERVICE IN CRAS: INFORMATION AS A CONSOLIDATION OF RIGHTS

AUTHOR: Laíse da Silva Alves
ADVISER: Valeska Berman Machado

The social policies resulting from the class struggle present in the capitalist system had, in its early days, a controlling bias on the part of the State towards society. In Brazil the beginning of the formation of such policies is after the abolition of slavery, when the subjects then free, started to demand changes, through which the State began to elaborate policies that contemplated the needs of these workers. But the social needs were not of great importance for this conservative and repressive state, so that the actions were in charge of the church and the ladies of charity. The first six Federal Constitutions enacted in Brazil (1824; 1891; 1934; 1937; 1946; 1967) had one thing in common: expressions of the social question were understood as a police case. However, it was with the promulgation of the 1988 Federal Constitution that we have made great strides in the field of social rights. The largest of these was the construction of a social security system, which is composed of the policies of social assistance, social security and health. The National Social Assistance Policy (PNAS) is considered the duty of the State and the right of every citizen who needs it without any kind of contribution. It has in the family the centrality of its actions, which are directed towards the realization of social protection. This monograph then seeks to present the intervention project carried out at CRAS, which through information seeks to consolidate rights and give more autonomy to users.

Keywords: Social politics. Social Assistance in Brazil. Social service. Social Worker. Reference Center for Social Assistance (CRAS). Groups. Families. Internship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CF	Constituição Federal
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FEAS	Fundo Estadual de Assistência Social
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IAPFESP	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários
IAPs	Institutos de Aposentadorias e pensões
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
PAIF	Programa de Atenção Integral a Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	RESGATE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	17
2.1	POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL	20
3	CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA ..	25
4	O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS	37
4.1	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM GRUPOS E FAMÍLIAS	38
4.2	EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO NO CRAS DE AGUDO: PROJETO RESGATANDO VÍNCULOS ATRAVÉS DA INFORMAÇÃO.....	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, será desenvolvido pela acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Sendo este requisito fundamental para a formação e obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Segundo Severino:

O Trabalho de Conclusão de Curso é parte integrante da atividade curricular de muitos cursos de graduação, constituindo assim uma iniciativa acertada e de extrema relevância para o processo de aprendizagem dos alunos. [...] a atividade visa articular e consolidar o processo formativo do aluno pela construção do conhecimento científico em sua área (SEVERINO, 2007, p. 202-203).

Deste modo, para a realização do mesmo será feita uma pesquisa bibliográfica em diferentes materiais como livros, artigos científicos, legislações, dentre outros. De acordo com Severino (2007):

A *pesquisa bibliográfica* é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de outras pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p. 122, grifo do autor).

Gil (2011, p.60) “Qualquer que seja a pesquisa, a necessidade de consultar material publicado é imperativa”. Consultar matérias já publicados é de suma importância, pois é um meio de sabermos em que nível estão os conhecimentos sobre o assunto a ser trabalhado. Serão utilizadas também as experiências adquiridas durante a vivência de estágio.

Este trabalho tem o objetivo de apresentar o projeto de intervenção “Resgatando vínculos através da informação”, o qual foi desenvolvido pela acadêmica durante o estágio. Tal projeto visa através de sua realização garantir um maior acesso a informação por parte dos usuários e conseqüentemente viabilizar direitos.

No primeiro capítulo será feito um resgate das políticas sociais, as quais são conseqüência da relação entre o Estado e a sociedade, decorrente da luta de

classes presente no sistema capitalista. De forma que estas políticas são um meio de o Estado intervir como regulador das formas de produção.

Já no que se refere ao histórico das políticas sociais no Brasil, primeiramente faz-se necessário que compreendamos a formação da sociedade brasileira, tendo como um dos principais pontos dessa formação a época da escravatura, pois foi a partir da abolição da mesma que os sujeitos, então responsáveis por sua própria subsistência, passaram a se reconhecer enquanto classe, reivindicando assim algumas mudanças, iniciando-se então as primeiras formações sindicais no país. Através dessas reivindicações o Estado elaborou políticas que satisfizessem as necessidades da classe trabalhadora. Desse modo, deu-se início aos primeiros esboços da previdência social brasileira, com a Lei Eloy Chaves em 1923, a qual criou as primeiras Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), mas que, no entanto, asseguravam apenas um segmento dos trabalhadores.

Com a crise de 1929 o Brasil também sofreu abalos em sua economia, tanto que o Estado antes regulador das relações de trabalho, passou com a instauração do Estado Novo em 1937 a adotar um caráter repressor, refreando os movimentos dos trabalhadores e tratando as expressões da questão social como casos de polícia.

O segundo capítulo deste trabalho terá como enfoque a construção da Política de Assistência Social no Brasil. Levando em conta que no caso brasileiro, diferentemente do que acontecia na Europa, os direitos sociais, civis e políticos estavam em sua grande maioria ligados a legislação trabalhista, tendo pouca intervenção do Estado, de forma que estes direitos se constituíram através de uma realidade histórica particular. Aqui novamente é preciso que seja feita uma retomada da história, tendo agora como ponto de partida o período da escravidão que dificultou em muito a afirmação dos direitos civis, pois após a abolição da escravatura havia uma parcela da população que legalmente era livre, mas, no entanto dependia de seus antigos senhores para sobreviver, materializando assim a benesse.

Em 1824, tivemos a primeira Constituição Federal, que segundo Couto:

A sociedade que formulou a Constituição de 1824 estava apoiada numa realidade que pouco, ou quase nada, tinha de características da sociedade desejada pelos ideais que a fundamentaram. O modo como foram incorporadas, na vida concreta dos brasileiros, as regras constitucionais de

1824 representa uma particularidade de uma sociedade com características autoritárias e conservadoras (COUTO, 2010, p.86).

As necessidades sociais da população não eram motivo de preocupação por parte do Estado, tanto que o atendimento aos que ficavam à margem da sociedade era feito pela igreja e pelas damas de caridade, caracterizando assim a filantropia. Foi somente a partir do século XVIII que houve a emergência dos direitos sociais, por meio dos europeus que vieram para o país, apresentando as primeiras demandas por atendimento na área social. De acordo com Dallari (2000):

Das ideias europeias, que se chegaram por meio dos imigrantes, surgiram as primeiras demandas por atendimentos na área social e foram tencionadas as estruturas de mando da sociedade brasileira (DALLARI, 2000 apud COUTO, 2010, p. 88).

As Constituições Federais que se seguiram (1891; 1934; 1937; 1967) trouxeram alguns avanços, no entanto não tão significativos, mas todas elas tinham algo em comum: as expressões da questão social entendidas como um caso a ser combatido pela repressão policial.

Já com a promulgação da Constituição de 1988 também conhecida como “Constituição Cidadã” (que vigora até os dias atuais) houveram muitos avanços, principalmente no campo dos direitos. Onde a área dos direitos sociais foi a que teve os maiores avanços, sendo um deles a constituição de um sistema de seguridade social, formado pelas políticas de saúde, previdência social e assistência social.

Este sistema está estabelecido no artigo 194, onde diz que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, Art. 194). A partir da retomada histórica sobre a trajetória da assistência social no Brasil, é possível compreender como a mesma foi sendo modificada até obter as características que hoje se apresentam.

Em dezembro de 1993 foi sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742) onde em seu artigo primeiro estabelece que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da

sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, Art. 1º).

A política de assistência social está instituída no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme estabelecido na Resolução da Comissão Intergestores Tripartite (CIT)Nº 7, de 10 de setembro de 2009:

Considerando que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema de proteção social público não-contributivo, com gestão descentralizada e participativa, que regula e organiza, no território nacional, os serviços, programas e benefícios socioassistenciais e que a União, os estados, o Distrito Federal e os Municípios são co-responsáveis por sua gestão e co-financiamento (BRASIL, 2009).

O SUAS configura a proteção social em três níveis de proteção: a Proteção Social Básica, a qual tem por objetivo trabalhar a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social sem que tenha havido violação de direitos, sendo este serviço executado pelo Centro de Referência de Assistência social (CRAS); a Proteção Social Especial de Média Complexidade, que tem como finalidade o trabalho também com vulnerabilidade e risco social, em situações de violação de direitos, sendo esta proteção responsabilidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social; e a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, cuja responsabilidade fica a cargo de abrigos, instituições de longa permanência, dentre outros. Este nível de proteção é destinado aos usuários que se encontram em situação de risco social, que tiveram seus direitos violados, e por algum motivo necessitam ser retirados do convívio familiar ou comunitário, sendo então abrigados em algumas destas instituições.

O terceiro e último capítulo irá abranger a inserção do serviço social no CRAS, sendo que a atuação dos assistentes sociais na Política de Assistência Social, em especial neste campo deve realizar-se em conjunto com os demais profissionais inseridos nestes espaços. De modo que o trabalho do assistente social no CRAS é desenvolvido com vistas ao enfrentamento das diferentes expressões da questão social, sendo esta descrita por Iamamoto como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, [...] Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2014, p. 27-28).

Neste capítulo também falaremos sobre a inserção do assistente social nesta política, sendo o serviço social uma profissão cada vez mais requisitada para atuar frente ao SUAS, de modo que os assistentes sociais trabalham diretamente na elaboração e na execução das políticas públicas, inclusive na Política de assistência social. Estes profissionais devem desenvolver suas atribuições e competências embasados nos valores e princípios do Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, Lei 8662/1993.

Abordar-se-á também o trabalho do assistente social com grupos e famílias. Sendo o trabalho em grupo um instrumental extremamente necessário no dia a dia do assistente social, pois além de permitir que se atenda um número maior de usuários ao mesmo tempo, ele ainda tem o objetivo de fazer com que haja uma maior interação entre os usuários, promovendo trocas culturais e de experiências entre os sujeitos, desenvolvendo conseqüentemente seu sentimento de pertença e identidade.

Falar-se-á também sobre o trabalho do assistente social com as famílias, conforme determinado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), “a matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social” (BRASIL, 2004, p. 40). De forma que este trabalho tem a finalidade de fortalecer a função protetiva e prevenir a interrupção de seus vínculos, demonstrando o acesso a direitos e deveres e contribuindo com a qualidade de vida dos sujeitos.

Por meio da análise institucional realizada, uma das demandas mais latentes observadas foi a evasão das usuárias participantes do grupo de famílias. Sendo assim, o projeto propõe-se a resgatar os vínculos destas usuárias com a instituição. E para isto foi apresentado a elas o que é a Política de Assistências Social, o que é o CRAS dentro desta política e o que são os serviços dos quais elas participam, e que são ofertados pela instituição.

E por fim serão abordadas algumas experiências de estágio vivenciadas pela acadêmica, no CRAS da cidade de Agudo- RS, será feita a relação entre a teoria apreendida ao longo do curso e a prática profissional realizada no estágio. Abordaremos ainda o projeto de intervenção “Resgatando vínculos através da informação”, o qual foi desenvolvido pela acadêmica durante o estágio realizado.

2 RESGATE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

As políticas sociais podem ser consideradas como consequências da relação entre o Estado e a sociedade, no âmbito da luta de classes decorrente do sistema capitalista. Faleiros destaca que as políticas sociais “[...] são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais” (2000, p. 46). Ou ainda, de acordo com Di Geovanni (1999) “os sistemas de proteção social são as formas mais ou menos institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou conjunto de seus membros” (DI GIOVANNI, 1999 apud TEIXEIRA, 2007, p.45). Não há um período específico de surgimento destas políticas, pois sendo elas um processo social, são decorrentes da ascensão do capitalismo, das lutas de classes e da intervenção estatal.

Desta forma, as políticas sociais estão diretamente relacionadas com os direitos políticos, sociais, civis e também com a noção de cidadania. Elas nada mais são do que estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado para intervir na luta de classes decorrente do processo de produção e reprodução do capitalismo. Isto desde a época da Revolução Industrial, quando houveram as primeiras organizações sindicais por parte dos operários que reivindicavam do Estado, através de manifestações e greves, melhorias nas condições de trabalho, e por legislações que regulassem as relações trabalhistas.

A maior reivindicação era a diminuição da jornada de trabalho. Essas lutas, assim como a desigualdade e a exploração, passaram então a ser compreendidas como expressões da questão social.

Neste período também se começou a discutir sobre as faces da questão social, pois naquela época a força de trabalho já começava a reagir contra a exploração. Desta forma Behring e Boschetti salientam que:

A luta de classe irrompe contundente em todas as suas formas, expondo a questão social: a luta dos trabalhadores com greves e manifestações em torno da jornada de trabalho e também sobre o valor da força de trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.54).

Assim, a exploração da mão-de-obra e a luta de classes sendo entendidas como manifestações da questão social, exigiram do Estado a necessidade de procurar formas de interceder nos conflitos existentes na sociedade capitalista.

Podemos dizer então que estas estratégias de enfrentamento das tensões, foram também um esboço das primeiras políticas sociais.

Conforme sabemos, o liberalismo segue a tendência de um estado mínimo, ou seja, um estado que intervenha minimamente nas questões da sociedade, principalmente no setor econômico. Segundo Piana:

O Estado liberal é caracterizado pelo indivíduo que busca seu próprio interesse econômico proporcionando o bem-estar coletivo, predomina a liberdade e competitividade [...] o Estado deve assumir o papel “neuro” de legislador e árbitro, e desenvolver somente ações complementares ao mercado e as políticas sociais [...]o que significa que a pobreza deve ser minimizada pela caridade privada. É, portanto, o mercado livre e ilimitado que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum (PIANA, 2009, p. 25).

Ainda conforme Piana (2009, p.24) “O período que vai de meados do século XIX até os anos de 1930, é marcado predominantemente pelo liberalismo”. Foram esses princípios liberais adotados pelo Estado que deram respostas a questão social, no entanto, essas respostas eram repressivas, incorporando pouquíssimas demandas da classe trabalhadora.

Em meados do século XX houveram mudanças nas perspectivas do Estado, que de acordo com Piana (2009, p.24) “[...] não houve ruptura radical entre o Estado liberal (século XIX) e o Estado social capitalista (século XX). Mas, sim, uma nova visão de Estado, pressionado por mudanças (lutas das classes trabalhadoras)”. Assim, foram deixados de lado os princípios liberais, passando-se a adotar um viés socialdemocrata, em um novo contexto socioeconômico e de luta de classes, o que o fez assumir um caráter mais social, aumentando então seus investimentos em políticas públicas.

Cabe ressaltar que a organização e a mobilização da classe proletária foram determinantes para que o Estado mudasse sua natureza liberal. Desta forma, os trabalhadores conseguiram conquistar importantes avanços no que tange os direitos políticos.

A ascensão das políticas sociais deu-se de forma gradual e diferenciada entre os países, dependendo muito da organização e pressão da classe trabalhadora em cada local. Mas é no final do século XX que o Estado assume de forma mais ferrenha as ações sociais.

O Estado de Bem-Estar Social conhecido também como *WelfareState* visava um determinado padrão de vida que fosse mínimo para toda a sociedade. Este modelo era baseado na teoria Keynesiana, cujo princípio era o mercado, o que quer dizer que o Estado deveria regular a economia de tal maneira que garantisse o pleno emprego. No entanto, nos países da América Latina não houve o *WelfareState*, pois segundo Faleiros (1991):

Nos países pobres periféricos não existe o *WelfareState* nem um pleno keynesianismo em política. Devido à profunda desigualdade de classes, as políticas sociais não são de acesso universal, decorrentes do fato da residência no país ou da cidadania. São políticas “categoriais”, isto é, que tem como alvo certas categorias específicas da população (FALEIROS 1991 apud PIANA, 2009, p.31).

Essa inexistência do Estado de Bem-Estar nos países Latino-americanos acarretava no clientelismo, considerando que, se as políticas sociais atendiam apenas parte da sociedade, a outra parte que não era atendida pelo Estado tinha suas necessidades supridas pela caridade e troca de favores.

A reconstrução da Europa com o pós-guerra e as mudanças no modo de produção foram determinantes para que se introduzisse a teoria Keyneziiana, cuja defesa era a liberdade individual e econômica, onde ao Estado caberia o papel de restaurar o equilíbrio econômico para a garantia do pleno emprego e uma maior igualdade social. O Estado passou então a ser regulador do mercado, com vistas não somente a garantia do pleno emprego, mas também “a criação de serviços sociais de consumo coletivo, como a educação, saúde e assistência social para atender a casos de extrema necessidade e minimizar a pobreza” (PIANA, 2009, p.30).

A partir de 1940, nos chamados “anos de ouro” da economia, teve-se um reflexo do *WelfareState* nas políticas sociais, havendo assim um crescimento no investimento e programas sociais por toda a Europa. Assim foram sendo cobertos também os acidentes de trabalho, seguro doença e invalidez, pensões a idosos, seguro desemprego e auxílio maternidade. Mas sendo estes benefícios fruto das reivindicações da classe operária, eles foram concedidos aos poucos, até que atendessem toda a população.

Nos anos 70 o capitalismo enfrentou uma crise, onde de acordo com Piana (2009):

A década de 1970 enfrentou o declínio do padrão de bem-estar por meio da crise capitalista agravada pelos reduzidos índices de crescimento com altas taxas de inflação. A regulamentação do mercado por parte do Estado e o avanço da organização dos trabalhadores passam a ser considerados entraves à livre acumulação de capitais. Na década seguinte, com a queda dos regimes socialistas do leste europeu, a crise fiscal do Estado de Bem-Estar e a estagnação da economia ganham forças e os argumentos neoliberais recuperando as ideias liberais propõem a mínima regulamentação do mercado e a ampla liberdade econômica dos agentes produtivos(PIANA, 2009, p.31-32).

Neste período surgiu o neoliberalismo, o qual tinha a ideologia de defender os interesses do capital, tornando as desigualdades sociais um fato natural. Os neoliberais defendiam ainda que para haver uma restauração do crescimento da economia, era necessário o enxugamento do Estado, onde se teve um retrocesso da cidadania até então conquistada. Retrocesso este que gerou cortes em programas sociais e diminuiu benefícios, havendo então o incentivo ao assistencialismo como forma de diminuir a pobreza.

As políticas sociais segundo Faleiros são imutáveis, no entanto podem se “expandir ou restringir” de acordo com a conjuntura social, econômica e política na qual se encontram. Essa expansão seria o aumento de usuários, aumento de benefícios e até mesmo o surgimento de novas políticas. Já a restrição seriam as dificuldades pelas quais passam as políticas, tais como diminuição de recursos, de usuários e até mesmo a extinção de políticas públicas.

2.1 POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Para compreender a formação das políticas sociais no Brasil é necessário que seja feita uma breve reflexão sobre a formação da nossa sociedade, devemos ainda compreender que os períodos históricos são cruciais para a construção da sociedade brasileira e a consolidação do capitalismo.

Dando início a esta reflexão, primeiramente voltamos ao período colonial entre os séculos XVI e XIX, onde a economia brasileira servia de acumulação do capital para outros países. Posteriormente tivemos o período do Império e da República, os quais não trouxeram muitas mudanças quanto a essa subordinação econômica do Brasil Colônia.

Tivemos em 1822 a independência do Brasil, cujo período rompeu com o poder da aristocracia onde surgiram novos mecanismos econômicos, marcados por uma nova sociedade brasileira. Nessa época destacou-se a falta de compromisso da elite com os direitos dos cidadãos, o que foi fundamental para serem pensadas as políticas sociais no Brasil.

Outro período de grande importância para se entender as políticas sociais no país é o período da escravidão, que segundo Behring e Boschetti (2011) “Não houve no Brasil escravista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua construção em classe para si, com partidos e organizações fortes” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 78). E deste período temos reflexos até hoje, como a desqualificação da mão-de-obra e das condições de trabalho. Pois após a abolição da escravidão com a promulgação da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, os então homens livres passaram a vender sua força de trabalho, sendo completamente responsáveis pela própria subsistência.

Desta forma eles continuaram a ser explorados mas passaram a amadurecer a consciência de classe, propiciando assim o surgimento das primeiras organizações sindicais no país. O que passou a ameaçar os valores da classe burguesa brasileira, sendo que suas manifestações colocaram em risco a ordem social. A partir de então houve a necessidade do controle social.

Anterior a Proclamação da República não se tinha nenhuma legislação social no país. Em 1888 houve a criação de uma caixa de socorro para a burguesia, que segundo Behring e Boschetti (2011) foi uma nova forma de instituição de direitos, sendo a principal da proteção social. Em 1889 os trabalhadores da imprensa nacional e os ferroviários conquistaram direito a férias e a pensão, o que se estendeu também aos funcionários do Ministério da Fazenda.

De acordo com Behring e Boschetti (2011), em 1891 tivemos a primeira legislação de assistência à infância, “[...] regulamentando o trabalho infantil, mas que jamais foi cumprida [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 80). Em 1892 os funcionários da Marinha obtiveram a mesma conquista. Na transição para o século XX houve o reconhecimento do direito à formação sindical, quando iniciou a formação dos primeiros sindicatos.

No entanto, foi no ano de 1923 que se teve um maior avanço para as políticas sociais, com a aprovação da Lei Eloy Chaves que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para os ferroviários e trabalhadores da Marinha. As CAPs,

juntamente com os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) foram os primeiros esboços da previdência social no Brasil. Behring e Boschetti (2011) destacam que “Os direitos trabalhistas e previdenciários foram reconhecidos para aquelas categorias de trabalhadores inseridas diretamente nesse processo de produção e circulação de mercadorias” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 80).

A crise de 1929, a qual foi uma grande depressão do capital determinou grandes mudanças no que tange o desenvolvimento das políticas sociais nos países capitalistas e da Europa. Esta grande crise do capital, juntamente com os efeitos da Segunda Guerra Mundial reiteraram a necessidade de uma intervenção por parte do Estado para o enfrentamento da crise, ou seja, pode-se dizer que as políticas sociais expandiram mais após a Segunda Guerra, de modo que o fator crucial foi a intervenção do Estado nas relações econômicas e sociais.

Esta crise abalou a economia do Brasil, o que passou a gerar um descontentamento dos grandes empresários cafeeiros, acarretando assim na correlação de forças dentro das classes dominantes, o que arcou no término da supremacia burguesa do café. Foi então que outras oligarquias começaram a dividir o poder político e econômico brasileiro, proporcionando a modernização do país.

Do Brasil Colônia até os anos 30, a prática assistencial era exclusiva da Igreja Católica, de forma que as ações tinham um caráter filantrópico e disciplinador, isto pelo fato de que a pobreza não era entendida como expressão da questão social e os indivíduos eram considerados culpados pela situação em que viviam. Desde o período colonial até aproximadamente a década de 1930 as ações sociais como sabemos eram de responsabilidade da igreja. Foi a partir dos anos 30 com Getúlio Vargas no poder que o Brasil começou a apresentar mudanças principalmente no seu modelo econômico, e juntamente com essas mudanças começaram a ser desenvolvidas as primeiras políticas sociais do país.

De acordo com Yamamoto e Carvalho (2006) a criação da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), organizou-se em nível nacional a assistência social com recursos oriundos do governo. Desse modo a LBA caracterizava-se pelas ações assistencialistas, pelo fato de dela executar auxílios emergenciais interferindo junto a classe mais pobre da sociedade.

Com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), em 1933, formou-se a base do sistema previdenciário brasileiro. Foi então que em 1937 Getúlio Vargas, presidente da época, instituiu o Estado Novo. No entanto esse

Estado não regulamentou o trabalho, passando a considerar os movimentos da classe operária como caso de polícia e assim reprimindo-os. Este período além de ter sido marcado pela ferrenha repressão estatal, ainda foi destaque pelo assistencialismo.

Já na década de 50 este sistema passou a ser unificado como Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários – IAPFESP. Sendo que a partir de 1966 criou-se o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), e concomitantemente o Programa de Integração Social- PIS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, dando-se início assim a universalização das políticas sociais e a padronização dos serviços.

Nesta época foi criado também o Banco Nacional de Habitação (BNH), o qual foi uma das grandes reivindicações da classe trabalhadora. Este Banco tinha como foco o financiamento e a produção de empreendimentos imobiliários. Couto salienta que “[...] apesar de usar recursos do FGTS, serviu muito mais para o financiamento de moradias para a classe média do que para a população pobre, que não tinha como arcar com as despesas de financiamento” (2010, p. 130).

Na década de 70 uma nova crise do capitalismo, ocasionada pela inércia monetária, onde a burguesia passou a entender que a responsabilidade pela crise era do modelo *WelfareState*, dos direitos sociais e sindicais até então conquistados, pois para eles houve muito investimento e pouco retorno. O que acarretou no avanço dos ideais neoliberais.

A ditadura militar como se sabe foi um período marcado por fortíssima repressão e censura por parte do Estado. Ao longo deste período que se estendeu dos anos 1964 até 1985 houveram diversas manifestações e reivindicações por direitos e políticas na área social. Foi então que se começou a discutir uma política pública de assistência social e que estivesse garantida na constituição. Assim, os movimentos sociais no Brasil contribuíram para uma série de avanços nas legislações que dizem respeito aos direitos sociais.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã, que tem como base a equidade e a universalização dos direitos sociais, foi definida também a participação da sociedade civil no controle e gestão das políticas. De acordo com Piana (2009) ainda nesta Constituição foi definida a criação de conselhos, cujos representantes são de diferentes segmentos da sociedade, para que estes corroborem com a criação execução e controle das

políticas sociais. Foi então somente depois da promulgação da Constituição Federal de 1988 que as políticas sociais foram entendidas e reconhecidas como públicas.

3 CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL BRASILEIRA

A seguridade social iniciou no pós-guerra, com a expansão do Welfare State, e com a ampliação da proteção social, que vai além da contribuição. No caso Brasileiro, a seguridade social formalizou-se através da CF/1988. Segundo Boschetti:

As primeiras iniciativas de benefícios previdenciários que vieram a constituir a seguridade social no século XX nasceram na Alemanha, no final do século XIX, mais precisamente em 1883, durante o Governo do Chanceler Otto Von Bismarck, em resposta às greves e pressões dos trabalhadores (BOSCHETTI, 2009, p. 2).

Temos assim o modelo bismarckiano, entendido como um sistema de seguros sociais semelhante aos seguros privados, pois seus direitos e benefícios cobriam quase que exclusivamente os trabalhadores, sendo que em relação ao financiamento deste modelo os recursos são oriundos de contribuições diretas de empregadores e empregados. Boschetti afirma ainda que tal modelo embasou muitos outros benefícios da seguridade social, em especial os previdenciários.

Já em outro contexto político e econômico, em meio a Segunda Guerra Mundial, em específico no ano de 1942 originou-se na Inglaterra o chamado plano Beveridge, o qual possuía características do modelo bismarckiano propondo ainda o estabelecimento do estado de bem-estar social. Tal sistema possuía caráter universal dos direitos, destinando-os a todos os cidadãos que necessitassem. O financiamento neste caso era subsidiado pelos impostos, com a gestão do Estado.

O que difere os dois modelos é que o bismarckiano destina-se para manter a renda dos trabalhadores quando se encontram em risco social, enquanto o beveridgiano tem como cerne o combate à pobreza. Essas diferenças entre um e outro modelo acarretam na criação de modelos de seguridade social distintos nos países capitalistas. De modo que as políticas que constituem estes sistemas de seguridade social utilizam características dos dois modelos, em maior ou menor proporção. No caso da seguridade social brasileira, os princípios do modelo bismarckiano se fazem presentes na previdência social, enquanto os princípios do beveridgiano embasam o sistema público de saúde e a assistência social, situando assim seguridade social brasileira entre a assistência e o seguro.

No Brasil, diferentemente do que acontecia na Europa, os direitos sociais, civis e políticos estavam em sua grande maioria ligados a legislação trabalhista, tendo pouca intervenção do Estado. Isto se deve ao fato de que o Estado brasileiro e a sociedade passaram por muitas transformações ao longo de sua trajetória, de forma que estes direitos se constituíram através de uma realidade histórica particular.

Retomando um pouco a história do processo de construção do Brasil, tivemos primeiramente o trabalho escravo, que dificultou muito a afirmação dos direitos civis, pois os escravos eram vistos como um objeto de posse. Outro fato também importante dessa época se deu em torno da relação de poder existente nas grandes propriedades, onde vigorava o coronelismo. No período após a abolição da escravatura havia uma parcela da população que legalmente era livre, mas no entanto, dependia de seus antigos senhores para sobreviver, materializando assim a benesse.

Na época da primeira Constituição Federal Brasileira (1824) as necessidades sociais da população não eram motivo de preocupação por parte do Estado, tanto que o atendimento aos que ficavam à margem da sociedade era feito pela igreja e pelas damas de caridade, caracterizando assim a área dos direitos como filantrópica. As expressões da questão social nesta época eram vistas como caso de polícia, sendo suas manifestações reprimidas e punidas.

Questão social que é definida por Iamamoto(2014) da seguinte forma:

Questão social apreendida como o *conjunto* das expressões das desigualdades na sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2014, p. 27, grifo do autor).

Somente a partir do século XVIII foi que houve a emergência dos direitos sociais, isso se deu por meio dos imigrantes europeus que vieram para o Brasil substituindo a mão de obra escrava, de forma que através deles e das características europeias é que se apresentaram as primeiras demandas por atendimento na área social.

Fazendo um resgate histórico da assistência social brasileira pode-se afirmar que a mesma teve sua origem na caridade e filantropia, muito associadas a Igreja Católica, o que caracterizava as ações como clientelistas, passando a ideia de que

as pessoas que usufruíam de tais ações eram de certa forma favorecidas, ou seja, não se tinha a noção de que eram sujeitos de direitos, e que estavam fazendo uso de seus direitos ao estarem sendo atendidos. Desta forma “a assistência confundia-se com a benesse, ou seja, ajuda aos pobres e necessitados, configurando-se mais como uma prática do que como uma política” (SANTANA; SILVA; SILVA, 2013, p.3).

Na sociedade brasileira até os anos 30 a pobreza não era compreendida como uma expressão da questão social, mas sim como caso de polícia e que requeria até mesmo tratamento dos indivíduos. Assim Sposati afirma que:

[...] os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes. A assistência se mesclava com as necessidades de saúde, caracterizando o que se poderia chamar de binômio de ajuda médico-social. Isto irá se refletir na própria constituição dos organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestarão as duas faces: a assistência à saúde e a assistência social (SPOSATI et al., 2007, p.42).

Com a crise de 1929 o Estado passa a intervir nas relações capitalistas, passando então a compreender a pobreza como de fato uma expressão da questão social e mais, como questão política que necessita ser solucionada.

De 1930 a 1937 o país foi governado por Getúlio Vargas, onde sua política de governo era centrada na tentativa de organizar as relações capital x trabalho, sendo seu primeiro ato a criação do Ministério do Trabalho. Couto salienta que “a regulamentação das relações entre capital e trabalho[...] parece apontar uma estratégia legalista da tentativa de interferir autoritariamente, via legislação, para evitar conflito social” (2010, p. 95). Todas as legislações que regulamentavam as relações trabalhistas na época eram pautadas nos ideias liberais, ou seja, o Estado intervia em tais relações buscando a conciliação entre empregadores e empregados.

Em 1930, Vargas teve como seu primeiro ato a criação do Ministério do Trabalho, o qual tinha o objetivo de apaziguar as relações de trabalho, buscando ainda trocar o conceito de luta de classe pelo de conciliação.

Neste período havia o início da formação de um sistema de proteção do tipo conservador e meritocrático, sendo estes baseados nas premissas de clientelismo e de privilégios de concessão de benefícios. De forma que:

Passaram a ser critérios de inclusão ou exclusão nos benefícios sociais a posição ocupacional e o rendimento auferido. Estes critérios colocaram somente os trabalhadores urbanos em posição de privilégio, pois sua

vinculação ao mercado formal de trabalho era a garantia de inserção nas políticas sociais da época (COUTO, 2010, p. 96).

O governo atuou também de forma intensa na área previdenciária, expandindo as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) as quais asseguravam vários benefícios como aposentadoria por velhice ou invalidez, auxílio médico, pensão, dentre outros. Criou também os Institutos de Aposentadoria e pensões (IAPs) que por sua vez criaram benefícios bem diferenciados entre os próprios institutos e mais diferenciados ainda das CAPs. Os institutos eram na verdade espaços de controle da classe trabalhadora, uma vez que eles eram gerenciados tanto pelos empregados quanto pelos empregadores.

Ainda em 1930 criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo que até este período não existia nenhuma política nacional de saúde. Percebe-se assim que a maior parte dos benefícios sociais desse período davam-se em torno do emprego. No entanto a maior parte da população não tinha nenhum vínculo formal de emprego, o que acarretava no acesso de poucas pessoas a estes direitos, restando àqueles que não possuíam vínculo apenas a caridade e a benesse.

Já em 1938, Vargas instituiu o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) o qual vinculava-se ao Ministério de Educação e Saúde. De acordo com Carvalho:

Este conselho era composto por sete membros “notáveis”, tendo como funções primordiais a elaboração de inquéritos sociais, a análise das adequações de entidades sociais e de seus pedidos de subvenções e isenções, além de dizer das demandas dos mais desfavorecidos (CARVALHO, 2008, p. 16).

No entanto este conselho não foi um órgão muito atuante, de modo que suas atribuições passaram posteriormente para a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada no ano de 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942, onde em seu artigo primeiro estabelece:

A Legião Brasileira de Assistência, abreviadamente L.B.A., associação instituída na conformidade dos Estatutos aprovados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e fundada com o objetivo de prestar, em todas as formas úteis, serviços de assistência social, diretamente ou em colaboração com instituições especializadas, fica reconhecida como órgão de cooperação com o Estado no tocante e tais serviços, e de consulta no que concerne ao funcionamento de associações congêneres. (BRASIL, 1942, Art. 1º).

Sendo esta a primeira instituição de assistência social do país. A LBA segundo Couto tinha o objetivo de “[...] assistir, primeiramente, as famílias dos pracinhas que foram para a guerra, e logo depois estender seu trabalho à população pobre, principalmente com programas na área materno-infantil” (2010, p. 103).

Nesta época o sistema previdenciário não proporcionou somente a cobertura aos riscos ligados ao trabalho, mas também enfrentava as problemáticas na área habitacional.

Já Constituição de 1934 definiu os campos a serem assegurados aos brasileiros, de acordo com Couto (2010) tal constituição apresentava uma forma de regulação do trabalho, ampliação do voto, que a partir de então se estende a mulheres. Ainda segundo a mesma autora, na constituição de 1937 manteve-se a maioria dos direitos instituídos na de 1934. Na área dos direitos civis permaneceram os direitos liberais; no campo dos direitos políticos continuou a restrição de votos para alguns segmentos da sociedade, e no que tange os direitos sociais, ampliaram-se os benefícios as classes menos favorecidas.

Ainda durante o governo Vargas, em específico em 1943, foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho- CLT, por meio do Decreto- Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, a qual reunia as legislações desta área desde 1930. Em seu artigo primeiro a lei institui que “Esta Consolidação estatue as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas” (BRASIL, 1943, Art. 1º). A CLT criou a carteira de trabalho, estabeleceu a jornada de oito horas diárias de trabalho, férias remuneradas, dentre outros direitos.

Este período do Estado Novo (1937 a 1945) foi caracterizado por um governo autoritário e populista, de forma que as expressões da questão social estavam sob ação do mesmo.

O período ditatorial (1964 a 1985), contou com a promulgação de uma constituição em 1946, foi uma época marcada por grandes repressões e um recorte muito grande nos direitos civis, político e sociais, sendo novamente as expressões da questão social entendidas como um caso a ser combatido pela repressão policial. A mesma também era um dever religioso e moral, sendo submetida a caridade e a benesse.

A Constituição de 1967 por sua vez manteve os direitos já instituídos em 1946, no entanto com uma nova forma de gerir os mesmos, pois só poderiam

exercer seus direitos as pessoas que se submetessem as regras instituídas pelo governo militar.

Já Constituição Federal de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã” trouxe diversos avanços no que se refere aos direitos civis, políticos e principalmente em relação aos direitos sociais. Podemos considerar que tal constituição foi um verdadeiro divisor de águas em relação aos direitos dos cidadãos, pois ela irá assegurar o exercício desses direitos.

A CF/1988 por sua vez no que se refere aos direitos civis, manteve os já anteriormente existentes nas demais constituições, como por exemplo a igualdade perante a lei; liberdade; direito a propriedade, incluindo outros, exigindo ainda que houvessem regulamentações complementares (leis ordinárias) para que a população pudesse ter acesso aos direitos garantidos no texto constitucional. Referente aos direitos políticos estendeu-se o voto aos demais segmentos sociais até então não contemplados com este direito, flexibilizou também a formação de partidos políticos permitindo que haja debates entre estes nos veículos de comunicação.

Mas foi na área dos direitos sociais que se encontram os maiores avanços de tal constituição, uma vez que “[...] os constituintes, além de reconhecerem as desigualdades sociais e regionais brasileiras, impuseram a solução dessas desigualdades à ação do país” (COUTO, 2010, p. 158). Podemos dizer que o maior avanço constitucional foi a constituição de um sistema de seguridade social, formado pelas políticas de saúde, previdência social e assistência social.

Este sistema está estabelecido no artigo 194 onde diz que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, Art. 194). Este tripé da seguridade está determinado como sendo a saúde um direito de todos e dever do Estado, a previdência uma política para quem comela contribuir e a assistência social para quem dela necessitar, sem nenhum tipo de contribuição.

Segundo Couto:

[...] é possível afirmar que a política de seguridades social proposta tem como concepção um sistema de proteção integral do cidadão, protegendo-o quando no exercício de sua vida laboral, na falta dela, na velhice e nos diferentes imprevistos que a vida lhe apresenta, tanto para a cobertura ações contributivas para com a política previdenciária e ações não-

contributivas para com a saúde e de assistência social (COUTO, 2010, p. 159).

Silva (2012) no que se refere ao sistema de seguridade social brasileiro salienta que:

A Constituição de 1988, como marco legal e formal, no que se refere a esse sistema, vem possibilitar a expansão e alcance das políticas; consolidar mecanismos mais sólidos e equânimes de financiamento; estabelecer um modelo de gestão capaz de dar conta das especificidades que cada área possui, mantendo o espírito em geral de uma proteção universal, democrática, distributiva e não estigmatizadora (SILVA, 2012, p. 167).

A partir da retomada histórica sobre a trajetória da assistência social no Brasil, é possível compreender como a mesma foi sendo modificada até obter as características que hoje se apresentam. Em dezembro de 1993 foi sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS (Lei nº 8.742) onde em seu artigo primeiro estabelece que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.(BRASIL, 1993, Art. 1º).

A referida lei ainda apresenta alguns objetivos da assistência como a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.

Esta política pública oferece aos seus usuários vários programas, benefícios e serviços, todos estes com um objetivo comum: prover os mínimos sociais e a proteção dos indivíduos, famílias e grupos.

A Política de assistência social está instituída no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme estabelecido na Resolução da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) Nº 7, de 10 de setembro de 2009:

Considerando que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema de proteção social público não-contributivo, com gestão descentralizada e participativa, que regula e organiza, no território nacional, os serviços, programas e benefícios socioassistenciais e que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são co-responsáveis por sua gestão e co-financiamento (BRASIL, 2009).

O SUAS configura a proteção social em três níveis de proteção: Proteção Social Básica; Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A Proteção Social Básica visa prevenir situações de risco social, desenvolvendo potencialidades e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. E segundo estabelece a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) “[...] deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e autonomia); de escolha; de convívio ou vivência familiar” (BRASIL, 2004, p. 31). De acordo com o que prevê a PNAS, este nível de proteção:

[...] destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social de corrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos- relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p. 33).

Esta proteção Social é desenvolvida no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, o qual é responsável pela organização e oferta de serviços básicos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). De acordo com a PNAS “O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário” (BRASIL, 2004, p. 35).

Já a Proteção Social Especial é uma forma de atendimento assistencial para famílias e indivíduos que estejam em risco social e em situação de violação de seus direitos, requerendo assim um acompanhamento individual. Este tipo de proteção é dividida em duas categorias: a Proteção Social Especial de Média Complexidade, que são serviços de atendimento ofertados as famílias/indivíduos cujos direitos foram violados, mas que, no entanto, os vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos. Este tipo de proteção tem seus serviços desenvolvidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), conforme instituído na Lei nº 12.435/2011 em seu artigo 6º, inciso 2º:

O CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial (BRASIL, 2011, Art. 6).

E a Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles garantem proteção integral, desde moradia, alimentação, higiene, dentre outros, pois nestas situações os indivíduos precisaram ser retirados do convívio familiar e/ou comunitário, pois além de estarem com seus direitos violados, encontram-se ainda em situação de ameaça. Esta proteção é executada pelos abrigos, casas de passagem, instituições de longa permanência, dentre outras.

A PNAS ainda abrange muitos outros aspectos referentes a organização da Política de Assistência Social, como financiamento, gestão e fiscalização. No que se refere a esta fiscalização ela enfatiza a participação da sociedade civil como parceira para complementar a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social. A esta sociedade é designado o papel de exercer o controle social sobre tal política. Ainda segundo a PNAS (2004):

Vale ressaltar a importância dos fóruns de participação popular, específicos e, ou, de articulação da política em todos os níveis de governo, bem como a união dos conselhos e, ou, congêneres no fortalecimento da sociedade civil organizada na consolidação da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 47).

A LOAS em seu artigo 5º o qual estabelece as diretrizes a lei, no inciso II determina a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 1993, Art. 5º).

A concepção de controle social é oriunda da CF/1988, sendo este um instrumento que efetiva a participação da população nos processos de gestão da Política de Assistência Social. Já na configuração do SUAS os espaços onde a participação se materializa são os conselhos e as conferências, no entanto estes não são os únicos espaços. A PNAS afirma que “As conferências tem o papel de avaliar a situação da assistência social, definir diretrizes para a política, verificar os avanços ocorridos num determinado período de tempo [...]” (BRASIL, 2004, p. 51).

Já aos conselhos cabem as funções de definir e fiscalizar a execução e o financiamento da política, de acordo com as diretrizes propostas pela conferência; aprovar o plano da política de assistência; apreciar e aprovar a proposta de orçamento para a área, bem como a aplicação do fundo. “Os conselhos ainda normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam os serviços de

assistência social [...] definindo os padrões de qualidade de atendimento, e estabelecendo os critérios para o repasse de recursos financeiros” (BRASIL, 2004, p. 51-52).

Mas um dos grandes desafios do controle social na Política de Assistência Social é trazer os usuários da mesma para dentro destes espaços de controle. Esta dificuldade na participação dos sujeitos talvez se dá pelo fato de que na gênese da política ela tinha um viés assistencialista e filantrópico, o que caracterizou seus usuários como sujeitos “assistidos”, que dependiam de alguém para falar em seu nome.

E para que este desafio da participação popular seja superado, faz-se necessário que sejam disponibilizados meios que lhes garantam esta inserção nos mecanismos de controle social. Deste modo, é preciso a criação de eventos que tragam estes usuários para dentro das discussões, tornando-os protagonistas.

Além da LOAS e da PNAS, a Política de Assistência Social conta com outro mecanismo de suma importância que regula seu funcionamento que é a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social- NOB/SUAS. Esta norma é um documento regulador da Política de Assistência Social elaborado a partir da LOAS e do primeiro texto da PNAS, de 1988. Tal norma teve anteriormente dois textos, um de 1997 e outro de 1998.

A NOB/97 definiu o sistema descentralizado e participativo da política, determinando meios de eficiência e eficácia da mesma. Ampliou as competências dos diferentes níveis de governo para a gestão desta política, trazendo a proposta de criação de uma comissão tripartite, com representantes das três esferas de governo a fim de debater assuntos referentes a gestão da assistência social. Já a NOB/98 ampliou a regulamentação da PNAS/1998 delimitando estratégias, princípios e diretrizes para a operacionalização da política. Essa norma ampliou ainda as atribuições dos conselhos de assistência social, propondo também a criação de espaços para negociação onde deveriam ser discutidas perspectivas referentes a gestão do sistema descentralizado e participativo da assistência.

A CF/1988 juntamente com a LOAS definiu como diretrizes da política de assistência a descentralização político-administrativa, a participação popular e o comando único. Essas diretrizes trouxeram consigo a necessidade de haver negociações entre todas as esferas do governo, para assim desencadear em um pacto federativo. Segundo o texto da própria NOB/SUAS:

A definição dos conteúdos do pacto federativo, resultante desse amplo processo de construção, portanto, é o escopo da Norma Operacional que aqui se apresenta e que estabelece as bases de realização do SUAS, [...]. A presente Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), retoma as normas operacionais de 1997 e 1998 e constitui o mais novo instrumento de regulação dos conteúdos e definições da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) que parametram o funcionamento do SUAS (BRASIL, 2005, p.84).

A NOB/SUAS regulariza o modo de operacionalizar a gestão da Política de Assistência Social de acordo com a CF/1998, a LOAS e demais legislações da área, onde é abordada a divisão das competências e responsabilidades do Estado; os níveis de gestão de cada esfera governamental, o modo de gestão financeira; os critérios de partilha e transferência dos recursos destinados a esta política, dentre outros aspectos. De acordo com a NOB/SUAS “A NOB/SUAS disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro [...]” (2005, p. 85).

Esta norma é um importante instrumento de trabalho não somente para o assistente social, mas também para os gestores e demais profissionais que trabalham no SUAS. Uma vez que ela norteia o modo como deve ser desenvolvida a política de assistência, pois ela estabelece todos os aspectos referentes a política, desde os níveis de gestão; o financiamento; os programas, seus objetivos e modo de desenvolvimento; Plano de Assistência, mecanismo que regula e norteia a PNAS; monitoramento e avaliação da política; conselhos e conferências, dentre outros aspectos.

Outro documento balizador da assistência social são os parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos na Política de Assistência Social. Sendo que este documento está embasado nas normas que regulam o Serviço Social, em especial os valores e princípios do Código de Ética profissional, as atribuições e competências do assistente social. Tais parâmetros buscam definir estratégias e procedimentos nas intervenções profissionais. Para que a política de assistência seja realmente efetivada ela não pode se restringir apenas aos seus serviços e benefícios, mas sim buscar articular-se com as demais políticas públicas para que se estabeleça um sistema de proteção social amplo.

Desta forma, tendo em vista todo o processo histórico de construção da sociedade brasileira bem como da política de assistência social pôde-se entender o

que é esta política e de que forma ela é desenvolvida para a efetivação dos direitos instituídos por meio das legislações vigentes.

4 O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS

A partir da implementação do SUAS, conforme estabelecido na NOB/RH/SUAS/2006, os CRAS obrigatoriamente devem possuir em seu quadro de funcionários o profissional assistente social. Conforme os Parâmetros estabelecidos pelo CFESS:

A expansão da política de assistência social vem demandando cada vez mais a inserção de assistentes sociais comprometidos/as com a consolidação do Estado democrático dos direitos, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático. Isso requer o fortalecimento de uma intervenção profissional crítica, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e com as organizações populares de defesa de direitos. (CFESS, 2011,, p. 4).

A atuação dos assistentes sociais na Política de assistência social, em especial no CRAS deve se dar em conjunto com os demais profissionais inseridos nestes campos. De forma que este trabalho deve ser desenvolvido de forma crítica, analisando a realidade de cada usuário individualmente, buscando assim compreender quais são suas reais demandas e traçar um plano de trabalho que as atenda.

Desta forma, no CRAS o trabalho do assistente social e os serviços ofertados estão voltados à família, conforme determinado pela PNAS (BRASIL, 2004, p.40) “a matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social”.

De acordo com os Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social:

[...] discutir o trabalho de assistentes sociais nesses espaços é urgente e necessário, na perspectiva de consolidar a política de assistência social como direito, e assegurar as condições técnicas e éticas requeridas para o exercício do trabalho com qualidade. (CFESS, 2011, p. 4).

Sendo assim, compreende-se que a assistência social é a porta de entrada para as demais políticas públicas, de forma que o trabalho do assistente social também é de extrema importância, pois é a partir dele que se dará a viabilização dos

direitos aos usuários, ou seja, é este profissional que tem o papel de fazer com que a lei realmente se cumpra, e que seus usuários tenham acesso ao que lhes é de direito. Hoje, após o SUAS, o trabalho do assistente no CRAS se dá no enfrentamento às diferentes expressões da questão social.

De acordo com Iamamoto (2014), o Serviço Social é compreendido com “[...] uma especialização do trabalho, e a atuação do assistente social uma manifestação de seu trabalho” (IAMAMOTO, 2014, p.27). E desta forma pode-se compreender que o objetivo do trabalho do assistente social dentro desta instituição é enfrentar as diferentes expressões da questão social, com vistas a garantir que os usuários do serviço acessem a política de assistência social, bem como as demais políticas, bens e serviços. Para isto o profissional tem a função de trabalhar em prol da garantia de direitos, fazendo uso dos instrumentais técnico-operativos, visando oferecer a população usuária serviços de qualidades que atendam às suas demandas.

4.1 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM GRUPOS E FAMÍLIAS

Como sabemos, o Serviço Social tem na questão social o seu objeto de trabalho, e esta por sua vez é descrita por Iamamoto (2014) da seguinte forma:

Questão social apreendida como o *conjunto* das expressões das desigualdades na sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2014, p. 27, grifo do autor).

O assistente social no CRAS trabalha com as mais diferentes refrações da questão social, de forma que na instituição onde foi realizado o estágio estas se apresentavam como: fome, desemprego, violência nas suas mais variadas formas, conflitos familiares e comunitários, negligência e o não acesso as demais políticas públicas, serviços e direitos.

Podemos dizer então que o objetivo do trabalho do assistente social dentro desta instituição é enfrentar as diferentes expressões da questão social, com vistas a garantir que os usuários do serviço acessem a política de assistência social, bem como as demais políticas e serviços. Para isto o profissional tem a função de

trabalhar em prol da garantia de direitos, fazendo uso dos instrumentais técnico-operativos, visando oferecer a população usuária serviços de qualidades que atendam suas demandas, a curto, médio e longo prazo.

O trabalho realizado com as famílias no âmbito do CRAS, pode ser entendido como o “carro-chefe” desta instituição, uma vez que a mesma tem o intuito de prevenir situações de vulnerabilidade social e garantir a convivência familiar e comunitária. Deste modo, para que possamos entender este trabalho faz-se necessário a compreensão de como era vista a família antes da CF/1998, a qual foi um divisor de águas no campo dos direitos sociais brasileiros.

Primeiramente a Política de Assistência Social destinava-se aqueles usuários que não eram reconhecidos como cidadãos, pelo fato de não estarem inclusos no mercado de trabalho, levando em conta a lógica da Previdência a qual se destinava principalmente a quem possuía trabalho. Devido a organização da assistência social ser marcada por atendimentos pontuais e fragmentados, os serviços eram oferecidos a partir de situações específicas dos sujeitos, deixando de compreender estes indivíduos no contexto em que se encontravam, e conseqüentemente não entendendo também a família em sua totalidade.

As famílias eram vistas como o cerne dos problemas sociais, por não terem capacidade de educar e proteger seus membros. Sendo as famílias pobres consideradas como incapazes. Caberia então ao Estado trabalhar com estas, de modo que a primeira medida seria o afastamento do meio familiar, tornando legítimas as reclusões, as interdições, etc.

Teixeira (2010, p.7) afirma que “As medidas e políticas sociais que afetavam a família, geralmente, reproduziam concepções idealizadas de família-padrão, “normal” e os papéis clássicos entre seus membros, discriminando as outras organizações familiares [...]”. Ainda conforme a autora as famílias consideradas “normais” eram aquelas cuja composição era o pai, a mãe e sua prole de filhos, de forma que qualquer outro arranjo familiar que não fosse este idealizado era considerado como algo patológico e até mesmo invisível.

O trabalho social realizado com as famílias era embasado pelas concepções idealizadoras de família e dos papéis de seus membros. Tratando aquelas que não se encaixavam no padrão estabelecido como “famílias desestruturadas”. Os serviços executados eram totalmente focalizados nas famílias consideradas incapazes e fracassadas, ao invés de serem pautados em ações preventivas, ofertando serviços

que dessem meios de sustentabilidade às famílias. Pode-se dizer então que a assistência social historicamente trabalhava com as famílias no entendimento de que elas eram culpadas pelas situações que estavam vivendo. Sendo que os serviços de inclusão quase não existiam.

Ao longo do tempo a assistência social modificou muito, deixando de lado seu caráter assistencialista. Após o remodelamento da política, houve o rompimento com o modelo tradicional, onde os atendimentos fragmentados não tinham nenhuma continuidade. Neste novo molde da assistência social, um dos princípios é a matricialidade sociofamiliar, cujo objetivo é extinguir a fragmentação proporcionando aos sujeitos e famílias o amparo de uma rede de serviços e proteção. A forma como esta política compreende a família influencia na organização dos serviços, programas e projetos, bem como no trabalho realizado com elas.

No Brasil, em especial após a promulgação da CF/1988 a Política de Assistência Social buscou ultrapassar a visão de pobreza e os atendimentos pontuais, passando a realização de um trabalho social que compreendesse a família em sua totalidade, dentro de um contexto cheio de contradições, oferecendo práticas socioeducativas que visam a autonomia e o protagonismo da família, bem como de seus membros. Com todos os avanços obtidos no âmbito da assistência social, e em especial com algumas legislações que regem tal política, como a LOAS, a PNAS e o SUAS, a família passa a ser o centro do trabalho realizado, principalmente na proteção social básica.

A Proteção Social Básica visa prevenir situações de risco social, desenvolvendo potencialidade e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. De forma que esse trabalho é desenvolvido, segundo o Caderno de Orientações do CRAS, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que é uma forma de complementar o trabalho desenvolvido pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), tendo o objetivo de prevenir a ocorrência de situações de risco social e fortalecer os vínculos dos indivíduos na família e na comunidade em que estão inseridos. Segundo as Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (2009), o PAIF por sua vez é descrito como sendo:

O principal serviço de proteção social básica, ao qual todos os outros serviços deste nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento sociassistencial, um dos eixos estruturante do SUAS (BRASIL, 2009, p. 31).

De acordo com a PNAS, o CRAS “Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social” (BRASIL, 2004. p.35). Assim, o trabalho do CRAS é destinado às famílias e indivíduos, levando em conta todo o seu contexto comunitário, buscando contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. E para tanto é necessário que se tenha conhecimento das novas concepções familiares hoje existentes, deixando de lado aquele modelo nuclear onde se entendia que a família é composta pelo pai, pela mãe e seus filhos.

Em muitas ocasiões e por diferentes motivos a família não consegue desempenhar seu papel social e nem suprir suas necessidades e de sus membros. O que requer que sejam feitas intervenções na vivência familiar. No entanto estas intervenções devem considerar o contexto no qual a família está inserida, compreendendo a singularidade da mesma. É neste sentido que se dá o trabalho realizado pelo PAIF.

Além de ser responsável pela execução deste serviço, a equipe de trabalho do CRAS também deve, conforme a PNAS “[...] prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania” (MDS, 2004, p. 35).

Os serviços da proteção básica são destinados à população que vive em situação de vulnerabilidade social oriunda da tensão capital X trabalho, que por sua vez corrobora para o surgimento das diversas refrações da questão social, sendo este o objeto de trabalho do assistente social no âmbito do CRAS.

No trabalho realizado no CRAS, o profissional utiliza diversos instrumentos técnico-operativos durante o seu fazer profissional, como: visitas domiciliares; acolhimento e escuta sensível; entrevista; reuniões de equipe, etc. Além dos instrumentais citados anteriormente, na instituição o assistente social também faz uso dos instrumentais de comunicação escrita, tais como relatórios, laudos e pareceres.

Guerra (2000) afirma que compreende-se a instrumentalidade da profissão “como um conjunto de condições que a profissão cria e recria no exercício profissional e que se diversifica em função de um conjunto de variáveis” (GUERRA, 2000, p. 20). Ou seja, os instrumentais técnico-operativos do serviço social nada

mais são do que os meios, habilidades e técnicas dos quais o assistente social faz uso para que assim se efetivem as suas ações.

O assistente social faz uso ainda de um outro instrumental de grande importância para a sua práxis, que é o trabalho com grupos. Muito utilizado, este instrumento possibilita que durante o grupo ocorram trocas de informações e de experiências entre profissionais e usuários. É também uma forma de fortalecer os vínculos entre os usuários em si e com a própria instituição. O grupo por sua vez é descrito como:

[...] um importante instrumento de apoio no trabalho desenvolvido em instituições. Requer habilidade e treino profissional. O uso desse instrumento permite o atendimento de um maior número de pessoas. [...] cabe ao profissional tão-somente coordenar as reuniões, visando aproximar esses objetivos da proposta de trabalho a ser desenvolvida em determinada instituição [...] é necessário ainda competência profissional para lidar com esse instrumento (MAGALHÃES, 2011, p.50-51).

Este trabalho com grupos é um dos instrumentos extremamente necessário no dia a dia do assistente social, pois ele permite que se atenda um número maior de usuários ao mesmo tempo. Sendo assim, de acordo com Lavoratti e Costa (2016, p.134) “Há no processo de trabalho do grupo uma transformação das necessidades pessoais em interesses coletivos”. Desta forma o atendimento grupal requer que os profissionais reflitam e planejem suas ações dando um novo significado aos instrumentos técnico-operativos utilizados em suas intervenções.

Assim, o profissional deve entender que o trabalho em grupo deverá ser desenvolvido no intuito de emancipação dos sujeitos, o que pode se dar na construção das relações dentro do grupo, tornando os usuários os protagonistas de sua própria história. E para que isto seja possível, faz-se necessário que o assistente social veja e compreenda que seus usuários são indivíduos com potenciais, e que estes podem ser desenvolvidos por meio das reflexões sobre a realidade social em que vivem, podendo até promover a transformação de tal realidade.

Lavoratti e Costa (2016) salientam que:

A constituição do grupo poderá ser bastante diversa considerando as demandas e os campos de atuação profissional. Desta forma, o assistente social poderá trabalhar com grupos de famílias, de crianças, de adolescentes, de idosos, de moradores de um bairro, etc. (LAVORATTI; COSTA, 2016, p. 131, grifo do autor).

Para que as finalidades do trabalho grupal sejam alcançadas com êxito é preciso que o assistente social esteja sempre em constante atualização, por meio de leituras, realização de cursos capacitações, dentre outros. A realização destas capacitações propicia ao profissional aprimorar o conhecimento, podendo assim aproximar-se mais da realidade de seus usuários para que sejam feitas reflexões e intervenções nos grupos com o qual trabalha. O trabalho com grupos exige do profissional também o domínio dos demais instrumentais, como por exemplo reuniões, visitas domiciliares, entrevistas, observação dentre outros.

Lavoratti e Costa (2016) ainda afirmam que:

O trabalho de grupo, na perspectiva do Serviço Social, deve direcionar para a consciência que a realidade não está aquém do ser humano, mas é construída por ele e, portanto, pode ser modificada (LAVORATTI; COSTA, 2016, p. 136).

A realização deste serviço busca uma troca cultural mais ampla entre os sujeitos, desenvolvendo conseqüentemente seu sentimento de pertença e identidade. De acordo com o que especifica o Caderno de Orientações: serviço de proteção e atendimento integral à família e serviço de convivência e fortalecimento de vínculos:

A formação dos grupos deve respeitar as necessidades dos participantes, levando em consideração as especificidades do seu ciclo de vida. Dessa maneira, no serviço podem ser organizados grupos de crianças, de adolescentes, de jovens, de adultos e de pessoas idosas, [...]. É importante que a composição desses grupos preserve a diversidade existente no âmbito das relações sociais cotidianas, assegurando a participação de usuários de diferentes raças/etnias, gêneros, entre outros [...] (BRASIL, 2016, p.14).

Quando falamos em preservação das diversidades, conforme exposto anteriormente, nos remetemos ao princípio VI do Código de Ética do Assistente Social onde fala no “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (BRASIL, 1993).

E é realmente este o intuito do trabalho com grupos, fazer com que haja respeito entre as diversidades ali presentes, e promover a cidadania, a participação

e interação de todos, permitindo que haja a troca de experiências vividas pelos usuários, através da realização de diversas ações.

4.2 EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO NO CRAS DE AGUDO: PROJETO RESGATANDO VÍNCULOS ATRAVÉS DA INFORMAÇÃO

Primeiramente, salientamos que o estágio supervisionado em Serviço Social tem como função possibilitar que o aluno possa estar mais próximo da prática profissional podendo analisar, compreender e intervir na realidade social que se apresenta a ele, estabelecendo assim, relações entre o conhecimento adquirido ao longo do curso e a prática profissional. Conforme explicitado na Política Nacional de Estágios (PNE), onde diz que:

O estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao (a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teóricos-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital (ABEPSS, 2010, p. 14).

O estágio curricular em Serviço Social foi desenvolvido no Centro de Referência-CRAS, na cidade de Agudo RS. Sendo esta instituição um equipamento público, implantado no dia 01/11/2007 tendo sua lei de criação a Lei Municipal 1.633/2005. O CRAS é uma unidade pública, e que está inserido na Política de Assistencial social, que de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS (Lei nº 8.742) onde em seu artigo primeiro estabelece que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993, Art. 1º).

O CRAS de Agudo, cuja instituição mantenedora é a Prefeitura Municipal de Agudo, funciona desde sua inauguração no atual endereço. A PNAS define que “O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um

total de até 1.000 famílias/ ano. ” (BRASIL, 2004, p. 35). O Caderno de Orientações Técnicas do CRAS também afirma que esta instituição “deve localizar-se em áreas que concentram situações de vulnerabilidade e risco social” (BRASIL, 2009, p.34). Sendo que para que seja feito o reconhecimento de tais áreas é preciso a realização de um diagnóstico social. Isto se dá por meio da realização de um diagnóstico social, o qual consiste em um levantamento e sistematização de dados e informações que visam conhecer as características, os problemas e as áreas com grande índice de vulnerabilidade e risco social, para que então possam ser criadas estratégias e possibilidades de intervenção em tais espaços

A localização do CRAS de Agudo está de acordo com o que foi exposto anteriormente, no entanto mesmo a instituição estando localizada em uma área de grande vulnerabilidade social, as dificuldades de acesso são grandes para outra parcela da população do município, que são os moradores do interior da cidade, os quais muitas vezes não sabem onde se localiza o CRAS, dificultando assim o acesso a instituição e seus serviços. Temos ainda como outro fator condicionante desta dificuldade as formas de acesso do interior até a cidade, pois dependendo da localidade não se tem muito acesso de ônibus, o que acaba dificultando ainda mais que estes usuários cheguem até o CRAS.

Os recursos financeiros utilizados na manutenção da instituição são oriundos do Governo Federal, através do PAIF, do SCFV e do Índice de Gestão Descentralizada- IGD; do Governo Estadual, por meio do Fundo Estadual de Assistência Social-FEAS; e do Governo Municipal por meio do recurso livre, sendo este recurso uma porcentagem dos tributos recolhidos, que o município destina às políticas públicas existentes no município. Como recursos humanos, o CRAS conta com cinco servidoras municipais, sendo elas: uma Assistente Social, uma Psicóloga, uma merendeira e servente, uma coordenadora, uma cujo cargo é político, mais conhecido como cargo de confiança, e estagiários de diferentes áreas do conhecimento.

A instituição tem por objetivos prestar serviços de atenção básica de assistência social à comunidade conforme previsto na PNAS/2004. Já o Serviço Social dentro da instituição tem como objetivo e finalidade garantir que os usuários tenham acesso a estes serviços e que os mesmos sejam de qualidade, que garantam aos usuários o que lhes é de direito. O CRAS executa serviços como: visitas domiciliares; atendimentos individuais; agendamentos de perícias médicas no

INSS, para auxílio-doença, auxílio-maternidade e Benefício de Prestação Continuada (BPC); requisição para segunda via de documentos (em geral para Certidão de nascimento); serviço no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

O Serviço Social está implantado no CRAS de Agudo desde sua fundação, pois sendo o CRAS entendido como a porta de entrada para o acesso a política de assistência social, a profissão de assistente social é requisito fundamental para que esta política seja realmente materializada. Conforme afirma Iamamoto (2014, p.24) “Ora o Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário: produz serviços que atendem às necessidades sociais, isto é, tem um valor de uso, uma utilidade social”.

De forma que este profissional utiliza diversos instrumentos técnico-operativos durante o seu fazer profissional, como: visitas domiciliares; acolhimento e escuta sensível; entrevista; trabalho com grupos; reuniões; e instrumentais de comunicação escrita, como relatórios, laudos e pareceres.

O objetivo do trabalho do assistente social dentro desta instituição é enfrentar as diferentes expressões da questão social, com vistas a garantir que os usuários do serviço acessem a política de assistência social, bem como as demais políticas sociais públicas e seus respectivos serviços. Para isto o profissional tem a função de trabalhar em prol da garantia de direitos, fazendo uso dos instrumentais técnico-operativos, visando oferecer a população usuária serviços de qualidades que atendam as suas demandas, a curto, médio e longo prazo.

A população usuária do serviço é em sua grande maioria composta por indivíduos de baixa renda e que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou até mesmo risco social, moradores do centro da cidade, do interior e também do bairro onde se encontra localizado o CRAS. Estes usuários têm uma grande variação de faixa etária, que vai desde crianças até idosos. Em muitos casos quem vêm procurar pelos serviços são as mulheres, mesmo sendo uma demanda do marido ou dos filhos, quem toma a frente da situação é a mulher, conforme vemos e até vivenciamos no cotidiano, onde a mulher vem se tornando cada vez mais responsável pela família.

Conforme estipulado na Política Nacional de Assistência Social- PNAS, o CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, o qual é responsável pela organização e oferta de serviços básicos do

Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Essa proteção social básica executada pelo CRAS tem como objetivo prevenir situações de risco social através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Conforme determina a Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

Os serviços de proteção básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social- CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social. [...] O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias- PAIF. (PNAS, 2004. p.35).

O projeto de intervenção “Resgatando vínculos através da informação” foi requisito da disciplina de Estágio. Sendo que ele consistiu na elaboração de um projeto junto aos usuários da Política de Assistência e dos serviços ofertados no CRAS da cidade de Agudo. Conforme define Armani (2000, p. 18) “um projeto é uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades, baseados em uma quantidade limitada de recursos [...] e de tempo”.

Fez-se necessário que o referido projeto estivesse interligado à análise institucional- também requisitada na disciplina de estágio e realizada no CRAS, bem como às demandas que se apresentaram no dia a dia deste espaço. De modo que a finalidade do projeto e as atividades desenvolvidas ao longo de sua execução respondessem a estas demandas. Pois, segundo Couto (2009, p. 4) “A identificação institucional é fundamental para o projeto de trabalho”. Ou seja, é preciso conhecer qual o campo, como se organiza, sua finalidade, dentre outras características. Couto ainda salienta que:

Para além da instituição, é necessário reconhecer quem são os cidadãos usuários desse serviço, quais são suas características, quais refrações da questão social estão sendo objeto de atendimento, como eles organizam seu modo de vida e de resistência. Enfim, é preciso buscar conhecê-los de forma que a proposta de trabalho venha ao encontro de suas formas de resistência e busque romper com tudo que os aniquila e os subjuga [...] (COUTO, 2009, p. 4).

Desta forma, buscou-se elaborar o referido projeto e executá-lo no intuito de que o mesmo contribuísse para a formação acadêmica bem como para o melhor desenvolvimento das atividades no campo de estágio.

A partir da análise institucional feita sobre o CRAS foi possível constatar que de acordo com a realidade que se apresentou na instituição haveriam diversas possibilidades de intervenção para o Serviço Social por meio de projetos como este. Onde conforme o princípio VIII do Código de Ética do assistente social, este profissional deve trabalhar tendo “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012).

A demanda mais latente que se pôde observar foi a falta de conhecimento da Política de Assistência Social por parte dos usuários e a necessidade de resgatar o vínculo destes usuários com a instituição, por meio de esclarecimentos referentes a política na qual o CRAS está inserido, e também sobre seus direitos, mostrando a eles quais são e como fazer para acessá-los, a quem recorrer quando necessário.

Desta forma, foram propostas atividades, que apresentassem aos usuários do serviço, a política na qual eles estão inseridos, o que é o CRAS e o serviço/programa do qual eles participam bem como a finalidade do mesmo. Buscou-se saber também o porquê eles procuraram estes serviços e qual a expectativa deles em relação ao que está sendo ofertado, assim como sugestões para melhorias dos serviços oferecidos no CRAS. Isto se deu devido à importância de estimular a reflexão sobre os espaços que estão participando, bem como a respeito da Política de Assistência Social.

Conforme repassado pela equipe técnica do CRAS, estes esclarecimentos já foram dados aos usuários quando esta equipe iniciou seus trabalhos na instituição. No entanto talvez a falta de retomada dessas informações tenha sido uma das causas pelas quais os grupos de famílias e de mulheres tivessem reduzido em aproximadamente 50% o número de participantes. Tendo em vista que se os usuários não compreenderam a importância dos serviços que lhes são oferecidos, bem como, a importância de sua participação, tenha sido esta a causa de que eles tenham se sentidos desmotivados e desinteressados a seguirem participando dos grupos. Assim pode-se dizer que a relevância do projeto apresentado consistiu em repassar as informações acima citadas, com vistas a estimular a participação e o retorno dos usuários para as atividades propostas no CRAS de Agudo, RS.

Este projeto teve como objetivo geral promover uma reflexão crítica, com as usuárias participantes, sobre a Política de assistência social, formas de acesso e os serviços ofertados no CRAS de Agudo, a fim de resgatar os vínculos destas com a

instituição. E a partir deste objetivo foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: apresentar as usuárias a Política de Assistência Social, mostrando os serviços e os objetivos do CRAS; estimular autonomia às mulheres, trabalhando temas referentes à saúde e aos direitos deste público, no intuito de que estas usuárias disseminassem as informações na comunidade onde vivem; e resgatar e promover a participação dos usuários na oferta de serviços pelo CRAS, consultando-lhes como os serviços/programas estavam sendo ofertados, bem como possibilitar melhorias, visando um bom desempenho e desenvolvimento do trabalho na instituição.

Vale ressaltar que para a realização do projeto, optou-se em fazer as atividades com um grupo de mulheres, pois uma das características é que na grande maioria das vezes eram elas que buscavam os serviços da instituição. Vendo estas mulheres como possíveis multiplicadoras das informações, trabalhar com este público talvez permitisse que posteriormente outros integrantes (não apenas do gênero feminino) de suas famílias retornassem ou buscassem pelos serviços do CRAS.

A execução deste projeto deu-se em forma de grupos, sendo que através de visitas domiciliares foram convidadas as mulheres para que participassem. Os grupos ocorreriam quinzenalmente, num total de quatro (4) encontros, onde cada um teria duração de aproximadamente 1h30min.

Para o primeiro encontro foi proposta a apresentação da Política de Assistência Social, bem como os serviços e programas oferecidos pela mesma, em especial os que estavam sendo desenvolvidos no CRAS, conscientizando-as sobre a importância destes e de sua adesão aos mesmos. No segundo encontro buscou-se trabalhar o tema “Saúde da mulher”, sendo que para a realização deste foi convidada uma enfermeira para abordar o assunto e esclarecer as dúvidas que as usuárias viessem a apresentar. Já no terceiro encontro abordado o tema “Direito da mulher”. Onde para a realização do mesmo foi convidada uma advogada para tratar sobre o tema, levando em conta que este é o profissional com maior conhecimento para abordar o assunto. Ressalta-se que a opção por profissionais mulheres se deu pelo fato de que talvez as usuárias ficassem mais à vontade para questionar e esclarecer suas dúvidas.

Trabalhando estas duas temáticas, tivemos o objetivo de dar mais autonomia à essas usuárias – levando em conta que algumas delas são “chefes” de suas

famílias - possibilitado assim que elas pudessem talvez lidar melhor com as situações que se apresentassem em seus cotidianos. Além disso, buscamos também contribuir para um maior acesso a informação, bem como para a melhoria da qualidade de vida destas usuárias e conseqüentemente de sua família também. E, por fim, no último encontro realizado, fizemos um encerramento das atividades do projeto, com avaliação por parte das usuárias sobre o mesmo, e se este foi bom ou não, se contribuiu ou não para elas.

Falamos também sobre os serviços que estavam sendo ofertados no CRAS, abrindo um espaço para que elas pudessem dar sugestões de melhorias a eles. Houve também um questionamento às usuárias sobre a relevância do Serviço Social na instituição, bem como do assistente social para elas. Buscando compreender o quão importante é o trabalho deste profissional para com seus usuários.

Referente a execução do referido projeto, o primeiro encontro começou com uma fala da assistente social, na qual ela apresentou a estagiária e falou brevemente sobre o trabalho que seria desenvolvido pela mesma. Posteriormente a estagiária se apresentou e falou sobre o projeto de intervenção, expondo o que seria este projeto e o porquê de sua realização. Foram apresentadas ainda as propostas dos quatro encontros previstos. Conforme destacado anteriormente, para o primeiro grupo estava prevista a realização de uma dinâmica com as mulheres presentes para que elas se sentissem mais confortáveis, no entanto esta dinâmica não pôde ser realizada, pois neste dia houve a participação de um número considerável de usuárias, o que tornou inviável a realização da dinâmica devido ao espaço onde estava ocorrendo o grupo ser pequeno. Quanto à apresentação da Política de Assistência Social e dos serviços desenvolvidos pelo CRAS, ocorreu tudo conforme o planejado. Este primeiro encontro teve duração de 40 minutos.

Para a realização do segundo encontro, foi planejado trabalhar o tema "Saúde da mulher", sendo que foi convidada uma enfermeira para abordar o assunto. A profissional deu início a sua participação, onde abordou apenas dois assuntos dentro do tema proposto, que foram o câncer de mama e o câncer de colo de útero, tendo em vista que o assunto saúde para a mulher é muito vasto, e seria necessário muito mais tempo para que se abordasse tudo o que se relaciona a tal temática. Mas foi uma atividade muito produtiva, pois além da enfermeira possuir uma boa oratória, as mulheres que se fizeram presentes contribuíram bastante, tirando dúvidas e

trazendo situações que já haveriam ocorrido com elas ou com pessoas conhecidas. Este encontro teve duração de 1h30min.

O terceiro teve duração de 1h40min, e para a realização do mesmo tivemos como tema “Direito da mulher”. Foi convidada uma advogada para tratar sobre o tema, levando em conta que é o profissional que tem mais conhecimento para abordar o assunto, ressaltando ainda que sendo uma profissional mulher, pensou-se que talvez as usuárias ficassem mais à vontade para esclarecer suas dúvidas. Em seguida, a profissional iniciou sua fala, abordando diversos assuntos, o que acarretou em uma participação ativa das usuárias ali presentes, de forma que elas esclareceram muitas dúvidas referente à pensão, casamento, união estável, divórcio, guarda de filhos, etc. Podemos dizer assim que foi um encontro extremamente produtivo.

E por fim no quarto e último encontro, foi feito o encerramento do projeto. Neste momento foi feito um agradecimento pela participação das usuárias no projeto. Em seguida foi o momento de ouvir essas mulheres sobre as atividades desenvolvidas ao longo do projeto. Questionamos então se as propostas apresentadas foram pertinentes e se contribuíram para elas de alguma forma, sendo que se obteve uma resposta favorável. Neste momento ainda elas expuseram que gostaram dos assuntos abordados. Quando questionadas sobre o papel do assistente social a única coisa que elas disseram foi que para elas é de extrema importância, pois por meio do seu trabalho o profissional conhece cada família, e que desta forma é mais fácil para ele “ajudar” (ressalta-se que este termo foi utilizados pelas usuárias) nas questões familiares. O encontro teve duração de 45 minutos.

Após elas destacarem o tema “ajudar”, foi dito para elas que isto não é uma ajuda, mas sim um direito delas e de suas famílias, e mais, que isto é na verdade o trabalho e dever do assistente social, e que é exatamente este um dos objetivos dos serviços realizados no CRAS, pois ele tem a perspectiva de atender não somente o indivíduo, como também todo o contexto familiar, promovendo assim o fortalecimento dos vínculos e uma maior autonomia destas famílias.

E por último perguntou-se as usuárias se elas tinham alguma sugestão de melhoria para os serviços que pelo CRAS, ressaltando a importância delas na construção dos mesmos, uma vez que este também é um direito delas. Assim obtivemos como resposta que os serviços são muito bons e que elas não tinham

nenhuma sugestão para dar. Deixamos então bem claro a elas que quando elas tiverem sugestões ou até mesmo reclamações, que elas podem sim fazer, pois o serviço não deve ser apenas pensado para elas, mas sim pensado com elas.

Após a realização do projeto, foi feita uma avaliação com a assistente social sobre o desenvolvimento do projeto de intervenção. Referente a isto, obteve-se um bom resultado, pois a profissional destacou que os assuntos trabalhados foram de grande importância, principalmente o que foi abordado no primeiro encontro, pois segundo ela, muitas vezes os usuários chegam até a instituição sem na verdade compreender direito qual é o objetivo da mesma. Salientando ainda que nem sempre é possível retomar com eles o que é a política com a qual se trabalha.

Desta forma, a assistente social colocou que é muito importante essa retomada de informações com os usuários da instituição, ainda mais quando é outra pessoa, que não um profissional que está inserido naquele espaço, pois alguém de fora sempre traz uma nova visão e uma nova maneira de trabalhar.

Pode-se dizer que o desenvolvimento do projeto de intervenção foi um sucesso. Tendo em vista que conseguiu-se desenvolver as ações planejadas, e que as mesmas tiveram os objetivos alcançados. Os resultados foram significativos, pois através deles tivemos o reconhecimento por parte de todos os envolvidos, o que certamente traz uma motivação muito maior para trabalhos futuros.

No entanto, referente ao primeiro encontro realizado teve-se um empecilho significativo, pois a limitação de espaço impossibilitou que uma parte da intervenção que havíamos planejado fosse desenvolvida. Isto com certeza é algo que compromete a qualidade dos trabalhos realizados na instituição, pois quando se planeja algo diferenciado, como a dinâmica neste caso, não dispomos de espaço que viabilizem isto. A realização deste projeto também serviu de horizonte para outros trabalhos, uma vez que ao executá-lo, novas ideias surgiram, como por exemplo outras temáticas e até mesmo trabalho com outro público atendido pela instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção das políticas sociais foi uma grande conquista para os cidadãos, uma vez que elas são fruto da tensa relação entre a sociedade e o Estado. Mesmo tais políticas sendo uma forma de controlar a sociedade, é inegável que somente com a ascensão delas foi possível que os sujeitos fossem reconhecidos enquanto portadores de direitos podendo então usufruí-los, melhorando assim suas condições de vida.

No caso brasileiro, tivemos uma formação histórica muito peculiar, onde não havia nenhum interesse em qualquer tipo de política pública. Mas ao longo da trajetória da sociedade brasileira, através de muita luta e reivindicação conseguiu-se que o Estado passasse a enxergar a necessidade de investir em políticas que viessem contribuir não somente para melhorar a vida dos indivíduos, mas também que contribuíssem para o próprio desenvolvimento da nossa sociedade, tornando-a assim um pouco mais justa e igualitária.

E certamente uma das maiores conquistas em termos de políticas públicas no Brasil foi a construção de um sistema de proteção social, que garante aos cidadãos brasileiros um maior amparo por parte do Estado. Principalmente referente a Política de Assistência Social, pois historicamente não se tinha no Brasil nenhuma preocupação com aqueles que por algum motivo não conseguiam dar conta da subsistência mínima para si e sua família. De forma que a construção de tal política foi um grande marco em relação aos direitos sociais no país.

Em relação ao trabalho do assistente social com as famílias, por meio do estágio realizado no CRAS foi possível compreender que este é de extrema importância, pois sendo a família o primeiro grupo do qual o homem participa e com o qual ele interage, esta deve ser compreendida em suas mais variadas formas e dentro do contexto em que se encontra. De modo que o profissional direcione seu trabalho para a proteção da família bem como para a sua emancipação. Já no que se refere ao trabalho com grupos, percebe-se que este é desafiante, uma vez que nestes grupos se tem uma grande diversidade de usuários, realidades, experiências, etc. O que requer que o assistente social seja criativo, propositivo, e que acima de

tudo planeje suas ações, criando estratégias de intervenção que venham a contribuir e atender as demandas do grupo.

Através da realização do estágio, por meio das ações desenvolvidas foi possível perceber o quão importante é o papel do assistente social, pois sua atuação se dá no sentido de promover a autonomia dos sujeitos e fortalecer as redes de sociabilidade dos usuários. Conforme explicitado no princípio III do Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, Lei 8.662/93) “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial em toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”.

No que se refere ao desenvolvimento do projeto de intervenção, é possível dizer que o mesmo foi um sucesso. Tendo em vista que conseguiu-se desenvolver as ações planejadas, e que as mesmas tiveram os objetivos alcançados. No entanto, cabe ressaltar que mesmo obtendo bons resultados, as limitações de espaço acabaram dificultando um pouco o trabalho desenvolvido, como por exemplo a falta de isolamento acústico adequado entre os ambientes da instituição e espaços com tamanhos insuficientes para a realização deste tipo de atividade. Mas não se pode desqualificar também o trabalho feito na instituição, tendo em vista que independentemente do espaço em que estivermos inseridos sempre haverá dificuldades, sejam elas relacionadas ao próprio campo ou não.

Salienta-se que o projeto desenvolvido foi de grande importância, não somente para a instituição e os profissionais, mas principalmente para os usuários, pois eles tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais da Política de Assistência Social, da qual eles são parte, bem como da própria instituição. Pois de nada adianta eles fazerem uso dos serviços oferecidos pelo CRAS, se eles não conhecem minimamente o que são tais serviços e quais os seus objetivos. E este conhecimento acerca da política facilita muito o trabalho desenvolvido com estes usuários, pois promove uma troca muito maior entre eles e os profissionais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, 2010.

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. S. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília, 2003.

_____. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. - 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. **Decreto-Lei nº 525, de 1º de Julho de 1938**. Institui o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país. 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-525-1-julho-1938-358399-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 out. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 out. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942**. Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências. Brasília, 1943.

_____. **Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social. Brasília, 2011.

_____. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. **Lei n. 3.353, de 12 de maio de 1888**. Lei que declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm>. Acesso em: 9 jun. 2017.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de referência de Assistência Social-CRAS**. 1. ed. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIASOCIAL – PNAS**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica (NOB/Suas)**. Brasília: MDS,2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009. Brasília: Diário Oficial da União, reimpressão 2013.

_____. **ResoluçãoNº 7, de 10 de setembro de 2009**. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=111982>>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, 2009.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Caderno de orientações: serviço de proteção e atendimento integral à família e serviço de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS. CEAD/UnB. Brasília. 2009. p. 383-401.

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. **A assistência social no Brasil: da caridade ao direito**.2008. 58 f. Monografia. Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). 2008.

CARVALHO, Ailton Mota de. Políticas sociais: afinal do que se trata?**Agenda Social**. Revista do PPGPS / UENF. Campos dos Goytacazes, v.1, n. 3, p. 73-86, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_5075_1204236093.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. **Parâmetros para atuação dos/as assistentes sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2010.

_____. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**: seminário nacional. Brasília, 2011.

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de projeto de trabalho profissional**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS, 2009. p. 755-768. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/429f4p9h466yISR97U4f.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

_____. **O direito social e a assistência social brasileira: uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.Ed. 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 62, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 25. ed. São Paulo, Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico/metodológica**. 30. ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 2006.

JUNIOR, Fernando Antônio França Sette Pinheiro. A evolução das Políticas Sociais no Brasil: período de 1930 a 2010. Disponível em: <<http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/arquivos/a-evolucao-das-politicas-sociais-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2017.

LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (Org.). **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário**. Ponta Grossa: Estúdio Textos, 2016.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. 3. ed. São Paulo: Veras, 2011. p. 46-84.

Organização Internacional do Trabalho/OIT. **As boas práticas brasileiras em seguridade social**. v.1. Brasília: OIT, 2012.

PIANA, M. C. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. In: PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 24-57. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

SANTANA, E. P; SILVA, J. A. dos S.; SILVA, V. S. HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais. **Anais... VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, Maranhão, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/pdf/historicodapoliticadeassistenciasocial.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Jeane Andreia Ferraz. Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões sobre o trabalho profissional. **Revista SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 155-189, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/7443/5751>. Acesso em: 19 set. 2017.

SPOSATI, Aldaíza et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 9. ed.. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n.2, p.286.297, ago./dez.2010.

_____. Políticas Sociais no Brasil: A histórica (e atual) relação entre o “público” e o “privado” no sistema brasileiro de proteção social. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 13, n. 2, p. 45-64, jul./dez. 2007.